

Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e Serviço

AGROTÓXICO
Risco Biológico

Audiência Pública Conjunta das Comissões de:
Seguridade Social e Saúde
Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido

Realizada em de de 1999

Autor do Requerimento
Deputado Sineval Roque

Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e Serviço

AGROTÓXICO
Risco Biológico

Fortaleza - Ceará



2001

Copyright - © 2001 by INESP

Coordenação Editorial: Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e Serviço

Diagramação: José Mário Giffoni Barros

Capa: José Mário Giffoni Barros

Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP

Revisão: Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e Serviço

Catálogo na fonte por Norma Marques David de Souza

C733a Agrotóxico: Risco Biológico.
Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e
Serviço. _Fortaleza: INESP, 1999.
62p.

1 - AGROTÓXICO 2 – SAÚDE PÚBLICA

CDD 632.951

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Pontes Vieira 2391, Dionísio Torres,

Fone/fax (0xx85)277-2914 CEP - 60.130-241

Fortaleza-Ce.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

A presente publicação objetiva dar uma contribuição no sentido de elevar o debate e gerar informações acerca de um tema que está ligado diretamente à saúde pública e à preservação do meio ambiente: o uso abusivo de agrotóxicos na agricultura brasileira. Temos, caro leitor, que refutar a idéia de que os agrotóxicos são um “mal necessário”, já que existe uma gama enorme de alternativas sustentáveis para a agricultura e os sistemas naturais.

Mas, enquanto estas alternativas não se popularizam, devemos tomar precauções visando a não-contaminação ambiental, o armazenamento adequado de embalagens tóxicas e a exigência de medidas de segurança para os trabalhadores que manipulam essas substâncias.

Esperamos que a publicação destes registros da Audiência Pública sobre o uso abusivo de agrotóxicos esteja dando mais um passo no sentido de esclarecer a população e exigir das autoridades públicas empenho nas precauções contra o emprego incorreto e indiscriminado dos agrotóxicos no Ceará.

Deputado Sineval Roque

Vice-Presidente da Comissão de Indústria e Comércio,
Turismo e Serviço

AGROTÓXICO RISCO BIOLÓGICO

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO BOSCO (PSDB): Boa-tarde. Quero agradecer a presença de todos. Sou Presidente da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos. Ao nosso lado, a Deputada Gorete Pereira, que é Presidenta da Comissão de Meio Ambiente; Deputado Sineval Roque, que é autor do Requerimento e Presidente da Comissão de Indústria e Comércio.

O objetivo desta Audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Seguridade Social é atender ao Requerimento do Deputado Sineval Roque, que requer a discussão sobre o uso abusivo dos agrotóxicos.

Vou ter que me ausentar, mas como a Audiência é Conjunta, passo inicialmente a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Sineval Roque, para justificar a solicitação da Audiência Pública.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Boa-tarde, meus amigos aqui presentes; Presidente da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos, nosso companheiro Deputado João Bosco; do Meio Ambiente, Deputada Gorete.

O motivo desta Audiência Pública é para fazer alguns esclarecimentos. O que nos moveu a requerer esta Audiência Pública Conjunta foi a necessidade de avaliarmos as repercussões econômicas, já que fazemos parte da Comissão, sou Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, tivemos o interesse de saber como é que andavam as questões ambientais, sanitárias e o emprego do agrotóxico nas lavouras do Ceará, e mais especificamente no setor hortifrutigranjeiro, que sofre com o uso abusivo de pesticidas que acabam comprometendo a qualidade

dos produtos, que são consumidos no Estado do Ceará, bem como no Piauí, Maranhão e Pará.

Como sabemos, o uso de agrotóxicos sem os devidos cuidados gera irreversíveis danos à saúde dos trabalhadores rurais, como por exemplo: problemas pulmonares, hepáticos, paralisia e outros. Porque os referidos praguicidas, são maléficos principalmente por seus efeitos acumulativos. Entretanto, há uma saída para os consumidores insatisfeitos com o risco da intoxicação alimentar provocada pelos praguicidas.

Vamos falar do incentivo à agricultura orgânica, que tem também outras técnicas com viabilidade, principalmente a hortifrutigranjeiro, na viabilidade econômica e comercial do nosso Estado do Ceará.

Para iniciarmos o debate, gostaria de fazer três questionamentos, envolvendo os aspectos de saúde, comércio e proteção ambiental. A primeira pergunta: qual a participação do comércio hortifrutigranjeiro no PIB (Produto Interno Bruto), do Estado do Ceará e seu peso nas exportações para outros Estados da Federação? A segunda: se a quantidade de agrotóxicos usadas das lavouras do Estado, compromete o comércio dos referidos produtos tanto no mercado local como em outras praças. A terceira pergunta: quais os programas governamentais gerenciados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Secretaria de Saúde com o objetivo de difundir o uso racional dos agrotóxicos e reduzir o lixo com embalagens, as formas de descartes não poluidoras ou que reduzam o impacto no meio ambiente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOÃO BOSCO (PSDB): Gostaria de dizer da satisfação da Assembléia em recebê-los e que tem sido uma prática constante do Poder Legislativo Estadual, essa abertura das Comissões da Casa para

receber os segmentos organizados e discutir temas importantes do Estado do Ceará.

O trabalho do legislador não se restringe só ao Plenário, só aos Municípios, só às comunidades. Nós temos discutido na Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos, que temos o prazer de presidir, e tem caminhado nesse interior do Ceará, discutindo temas importantes. Amanhã, estaremos lá em Iracema, discutindo a questão da construção do Açude Figueiredo, que é muito importante para aquela microrregião do Médio Jaguaribe. E não tem sido diferente na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Saúde, na Comissão de Indústria e Comércio e na Comissão de Educação. O Presidente da Casa sente-se honrado, porque lá no Plenário também, têm acontecido vários debates e o papel da Assembléia sem dúvida é esse.

Gostaríamos só de dizer que foi convidado para esta Audiência Pública o Secretário de Desenvolvimento Rural, o Secretário de Saúde do Estado, o Delegado do Ministério da Agricultura, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), a SEMACE (Superintendência do Meio Ambiente do Ceará), a Procuradoria do Meio Ambiente, a EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Federação da Agricultura do Estado do Ceará, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Ceará, Associação dos Proprietários Rurais do Estado do Ceará, Instituto Dr. José Frota, Coordenadoria do Meio Ambiente, a UFC (Universidade Federal do Ceará) e a Vigilância Sanitária.

Peço desculpas a vocês por não poder ficar até o final, porque já tínhamos um outro compromisso. A Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos teve um calendário muito intenso no decorrer desse primeiro semestre, e agora no segundo a gente está agilizando, quase todo dia temos Audiência Pública para limparmos a pauta. Mas nos colocamos à disposição de

vocês em outra oportunidade, e passo a presidência dos trabalhos para a nossa brilhante Deputada Gorete Pereira. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Primeiro, gostaria de parabenizar o nosso amigo e colega, Deputado Sineval Roque, por ter feito o requerimento, solicitando esta reunião nas Comissões Conjuntas. E nós, da Comissão de Meio Ambiente, ficamos muito satisfeitos com a escolha do tema, porque sabemos - também sou da Comissão de Saúde - dos malefícios que o agrotóxico causa na saúde do nosso povo e o descaso também das autoridades.

Gostaria realmente de saber, quais as pessoas que estão presentes em relação aos convites que foram formulados. Francisco de Assis Bessa Xavier, Delegado do Ministério da Agricultura. Procuradoria do Meio Ambiente, Ematerce, Embrapa, Federação da Agricultura do Estado do Ceará, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará, Associação dos Proprietários Rurais do Ceará, Instituto Dr. José Frota, Coordenadoria do Meio Ambiente.

Então, parabenizando os Deputados e a todos vocês que estão presentes, gostaria de dizer, que esta reunião realmente é importante, quando a gente junta todos esses órgãos para discutir um assunto dessa natureza. E como o Deputado Sineval Roque começou a reunião fazendo as perguntas cabíveis, gostaria de saber quem da Mesa que registrou as solicitações do Deputado, e quem se sentiria em condições de responder a primeira pergunta.

SR. DEPUTADO FERNANDO HUGO (PSDB): Queria pedir permissão para ausentar-me, porque infelizmente, frente a esse trabalho seqüenciado da Assembléia, existem momentos em que a concomitância de horários faz com que a gente perca o prazer de ter, numa parceria democrática e salutar,

um diálogo desse nível. O mais arrependido de todos de estar sendo solicitado agora na CPI sou eu, porque isso aqui é um tema de supra importância, mas fico alegre em estar aqui neste contato rápido, porém tremendamente gostoso de minha parte, principalmente porque saio daqui, deixando o Dr. José Ambrósio, meu amigo, colega de faculdade e sem dúvida alguma, um dos mais entendidos no assunto médico tóxico no Estado do Ceará. Um abraço.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Está perdoado, Deputado.

Deputado Sineval Roque, gostaria que V. Exa. fizesse a primeira pergunta para que a gente pudesse começar o debate.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): A primeira pergunta. Qual a participação do comércio hortifrutigranjeiro no PIB estadual e seu peso nas exportações para outros Estados da Federação?

SR. JOSÉ AMBRÓSIO: Quem poderia dar essa resposta seria o pessoal da Ceasa, porque é lá que estão essas informações. Há algum tempo eu fiz esse levantamento, mas não sei de cor. Se eu soubesse que queriam uma informação dessa natureza, teria trazido. Estava crente, que alguém da CEASA (Centro de Abastecimento do Ceará) viria e poderia então responder alguma pergunta a esse respeito. Agora, posso adiantar que o mercado de Fortaleza é abastecido em 100% de tomate, proveniente da Ibiapaba. Exporta também para São Luis, Teresina e Belém, mas os percentuais, antes eu sabia, agora estou afastado há algum tempo, não sei mas de cor.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Esse era um assunto muito importante, até mesmo porque, todos são importantes, mas a Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia tem esse interesse, até mesmo para sabermos como é que anda o sistema de exportação ou de importação desses produtos hortifrutigranjeiros.

A segunda pergunta: Em que grau de uso de agrotóxicos nas lavouras do Estado compromete o comércio dos referidos produtos, tanto no mercado local como em outras praças?

SRA. IRLANDA TIAGO (SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural): Gostaria de retornar à primeira pergunta e saber se eu poderia fornecer um dado de 1996 da Ceasa, que foi colhido durante o primeiro simpósio sobre agrotóxico que ocorreu lá na Serra da Ibiapaba.

Eu tenho aqui uma pequena tabela sobre esse volume de exportação, pelo menos de tomate, que é a maior cultura de hortaliça lá na serra. Para o Piauí, em 1995, foram exportadas duas mil, seiscentos e trinta e três toneladas; para o Maranhão, oitocentos e noventa e duas toneladas; para o Pará, cento e cinco e para o interior do Estado mil e quarenta e seis toneladas, totalizando quatro mil, seiscentas e setenta e oito toneladas de tomate exportadas para esses destinos. Para não deixar a pergunta sem resposta.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Vou repetir a segunda. Em qual o grau do uso de agrotóxicos nas lavouras do Estado, compromete o comércio dos referidos produtos, tanto no comércio local como em outras praças?

SR. ROBERTO VIRGÍNIO (Ematerce): Exatamente o grau, Deputado, arriscaríamos a dizer, mas a informação que

temos concreta, é que o vizinho Estado do Piauí já está colocando obstáculo em receber produtos oriundos da Ibiapaba.

Então, como temos esse referencial de exportação para o Estado do Piauí, essa quantidade que a Irlanda falou pelo problema do agrotóxico.

SR. ANTÔNIO NÍLTON (EMATERCE): Meu nome é Nílton, sou da EMATERCE, trabalhei 23 anos, diretamente com hortaliças. Quer dizer, quase uma existência dedicada à hortaliça em Baturité/Ibiapaba, principalmente Ibiapaba. E nesse seminário que a Irlanda falou em 1996, fizemos um levantamento junto ao comércio regional da Ibiapaba e chegamos ao seguinte dado: quarenta toneladas/ano. Quer dizer, só coisa oficial, de nota, foi jogada na região da Ibiapaba para pulverizar cultura. Agora, imagine uma coisa dessa ao longo de todo esse tempo e mais o que tem pela frente, embora atualmente se tenha muita alternativa para ser discutida, que vai reduzir o uso do agrotóxico. Quarenta toneladas num ano. No ano daquele simpósio.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Agora, a terceira pergunta. Quais os programas governamentais gerenciados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Secretaria de Saúde com os objetivos de difundir o uso racional de agrotóxico e reduzir o lixo com a embalagem. Difundir formas de descarte não poluidoras ou que reduzam o impacto do meio ambiental. Oferecer treinamento aos usuários de agrotóxicos no sentido de prevenir problemas de saúde.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Agora, gostaria de passar a palavra para a representante da Secretaria de Saúde.

SRA. ZÉLIA FRANKLIN (Secretaria de Saúde): Nós, da Secretaria da Saúde junto com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e outras Secretarias como a SEMACE, a Delegacia de Agricultura no Ceará, Banco do Nordeste e a EMATERCE como um órgão vinculado a SDR, temos um projeto que foi realizado em 1996/1997 para trabalhar como proposta, para ser negociado com o Ministério da Agricultura, para trabalhar a questão do uso correto de agrotóxico na região da Ibiapaba. Então, esse projeto inclui ações que correspondem às perguntas aqui postas, tanto a parte de treinamento, como o diagnóstico da saúde do trabalhador sobre essa questão, a consequência do uso do agrotóxico, a questão das estratégias de ação, entrando receituários agrônômicos, cadastro de produtores, campanhas educativas no uso não só do agrotóxico como também, trabalhar o agrotóxico na sua casa, na sua residência, no uso da plantação inter-relacionada com a questão do meio ambiente e proteção, também o resultado naquela cultura. E, enfim, a questão da embalagem, o lixo onde deve ser jogado, a preocupação com os mananciais. É um projeto muito importante, é um projeto de grande fôlego que, com certeza, a Secretaria de Desenvolvimento Rural vai complementar essas informações que estou dando em cima desse projeto que fizemos de forma conjunta.

Quanto à Secretaria da Saúde, temos mais duas propostas já programadas para trabalhar com a questão do agrotóxico. Uma é dentro da questão da vigilância ambiental, que está sendo implantada agora, aqui no Estado, através do projeto via SUS (Sistema Único de Saúde), com uma proposta de fazer uma pesquisa por amostragem de culturas, a partir da Ceasa, para diagnosticar os produtos com resíduos de agrotóxicos acima do que exige. E a partir daí, desenvolver capacitação, através de treinamentos com os agricultores relacionados a esses diagnósticos e os seus entornos. Isso aí é um proposta, que vamos desenvolver em 2001. Por que 2001? Porque ao mesmo tempo,

estamos fazendo uma montagem, nos organizando em termos de laboratório. Um Laboratório Central para termos a capacidade de trabalhar essas pesquisas e diagnosticar essas amostragens, que vão ser recolhidas. Quer dizer, é uma pesquisa e ao mesmo tempo treinamento. É uma pesquisa de treinamento. Vamos diagnosticar e diagnosticar de novo. Então, são repetidos.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Nesse caso aí, como está sendo feito para implantar? Quer dizer, já existe esse projeto em conjunto com as Secretarias de Saúde e outras Secretarias, mas como vocês estão pensando em implantar esse sistema para que se possa executar e depois haja uma fiscalização. Como é que está sendo feito isso aí?

SRA. ZÉLIA FRANKLIN (Secretaria de Saúde): Como é uma proposta para 2001, é uma proposta de grande fôlego e que nós jamais pensaríamos de trabalhar isso sozinhos. Nós vamos trabalhar em parceria com as outras secretarias, com as outras instituições. É um projeto que tem uma visão pluriinstitucional. É uma parceria que vamos organizar a longo prazo, porque é para 2001.

Uma outra proposta, dentro desse mesmo projeto, pensando sobre a questão dos agrotóxicos, implantaremos na região da Ibiapaba também no próximo ano, o Núcleo de Referência à Saúde do Trabalhador. E aquela área, foi escolhida exatamente por ser uma área identificada com a problemática, com relação à saúde dos trabalhadores, ligada à questão do uso de agrotóxico e também a questão da silicose, que já é uma coisa diagnosticada. Isso aí é um projeto para ser implantado no próximo ano e no ano 2001.

Em termos de programação dos agrotóxicos, é isso que a Secretaria da Saúde tem neste momento.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Eu gostaria também de registrar a presença do Deputado Raimundo Macedo, que está fazendo parte da nossa Comissão, uma pessoa também muito interessada no assunto. E gostaria de passar para a pauta de inscrições. Quem for falar, diz o nome e que instituição representa.

Passo a palavra à senhora Irlanda da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural).

SRA. IRLANDA TIAGO (SDR): Gostaria de falar rapidamente sobre as metas e ações do projeto de Uso Correto de Agrotóxico na Região da Ibiapaba, que foi lançado recentemente em parceria com a Secretaria de Saúde, a SEMACE, a EMATERCE, a Ceasa, o DFA e o Banco do Nordeste.

Primeiramente, vamos implantar e fiscalizar o receituário agrônomo. Deveremos atender com esse projeto, a cerca de 15 mil produtores hortigranjeiros. Promoveremos 230 treinamentos ou cursos para capacitação de técnicos e produtores nesta área. Iremos implantar 45 unidades demonstrativas nos 9 Municípios de abrangência do projeto, unidades demonstrativas, que serão conduzidas pela EMATERCE. Realizaremos brevemente, uma campanha educativa utilizando os meios de comunicação para abordar o uso correto dos agrotóxicos, receituário agrônomo, a saúde do trabalhador rural, o associativismo, a comercialização e a educação escolar. Deveremos também realizar 100 análises de resíduos de agrotóxicos nos produtos, que são produzidos lá na serra. Também com esse projeto, iremos criar e implantar um selo azul com os produtos, com o mínimo de resíduos de agrotóxicos ou totalmente isentos de agrotóxicos.

A SEMACE comprometeu-se em construir um depósito para abrigar todos os produtos apreendidos pela fiscalização, produtos vencidos, produtos com mau acondicionamento ou qualquer coisa desse tipo. Instalação na CEASA de Maracanaú e

de Tianguá de balcões tecnológicos para orientar os agricultores, como utilizar realmente os agrotóxicos. Equipar o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado, para realizar as análises de resíduos de agrotóxicos. Também, como a Dra. Zélia falou, implantar ficha de notificação de intoxicações nos 9 Municípios da região de abrangência do projeto. Serão feitas também, análise de colinesterase em 700 produtores de hortigranjeiros, correspondendo a 5% daquele volume de 15 mil produtores. Vão ser criadas 10 câmaras técnicas de meio ambiente, de saúde do trabalhador, um centro de atendimento toxicológico, e vamos ter a participação do Banco do Nordeste, na elaboração de projetos de produtores cadastrados, a fim de buscar financiamentos nas linhas de investimentos e custeio, diretamente com o produtor ou através de suas associações ou cooperativas.

Esse projeto vai ser lançado na Serra da Ibiapaba no próximo mês, na primeira quinzena do mês, provavelmente entre os dias 13 e 15, e a princípio, iremos cadastrar os produtores para participarem desse programa, e dentre esses produtores, teremos 100 produtores que serão conduzidos, que serão acompanhados para obterem a certificação do selo azul. Vamos começar agora a cadastrar, a implantar as unidades didáticas e começar a campanha educativa na Região da Ibiapaba.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL); Você aproveita e convida todo mundo que está aqui para ir para o lançamento do projeto, Doutora Greciane .

DRA. GRECIANE CARVALHO CORDEIRO (Promotora de Justiça-COEMA); Meu nome é Greciane, sou Promotora de Justiça e no momento eu estou representando o COEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente).

Primeiramente, gostaria de ressaltar a grande importância desta reunião e da preocupação de todas as entidades aqui

presentes, inclusive a Assembléia Legislativa, em relação ao uso indiscriminado de agrotóxicos na Região da Ibiapaba. Gostaria também de registrar a preocupação do Ministério Público e o nosso interesse em acompanhar esse projeto, que é de longo alcance, e nos colocamos à inteira disposição, uma vez que nos compete defender o meio ambiente, o patrimônio histórico, cultural e paisagista. Então é importantíssimo o contato, o relacionamento entre as entidades aqui participantes desse projeto da Assembléia Legislativa, dos Municípios envolvidos no problema, e também do Ministério Público, tanto em nível de COEMA como em nível de Promotores de Justiça nos locais onde estão sendo detectados esses tipos de problema. Gostaria de colocar-me à disposição e o Ministério Público, falando em nome dele e falando em nome do COEMA, para que possamos de mãos dadas, desenvolver um bom trabalho no sentido de evitar esse uso indiscriminado de agrotóxicos.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Com a palavra, o senhor Francisco Holanda

SR. FRANCISCO HOLANDA (Centro de Ciências Agrárias -UFC):

Inicialmente, congratular-me com a iniciativa da Assembléia, parabéns aos Senhores Deputados por trazerem um assunto tão importante quanto esse.

Vimos o Estado hoje envolvido em alguns trabalhos e a primeira palavra, que aparece num programa desse, é a palavra sustentabilidade. Isso significa responsabilidade, isso significa co-responsabilidade de todos aqueles elementos, que se dedicam aos trabalhos, principalmente no setor primário. Permitti-me inicialmente, com a permissão dos dirigentes desta reunião, a colocar uma quarta pergunta neste encontro. Por que chegamos a este ponto? Se caracterizarmos muito bem as razões, pelas quais

chegamos a esse ponto, não teremos muita dificuldade em vermos os motivos, estabelecer as prioridades e automaticamente fazermos um programa em cima de todos aqueles motivos mais graves, e em função da gravidade, vemos os tipos de remédios para tomarmos em cada tipo de doença, que caracterizamos. Conheço a Ibiapaba há 30 anos, quando se fez aquele programa do café no Governo César Cals. Trabalhei como técnico naquela área, fazendo a parte de zoneamento agrícola, sugerindo adubação, correção de solo e comecei a ver a degradação daquele maciço, logo após aquele trabalho que foi iniciado. E grande parte do que nós agrônomos preconizávamos para época, não foi realizado, não foi feito e continuou-se usando o fogo de maneira inadequada e exagerada. Máquinas agrícolas, mesmo sendo uma pequena área que se mecaniza, mas mal usada, intensamente usada, compactou o solo. A pecuária, embora seja pouca, mas as áreas que são pastejadas, deixa-se o animal além do tempo permitido ou sugerido, de maneira que o animal também compacta o solo. Tenho um laboratório de solo aqui em Fortaleza, que analisa o solo do Nordeste há 35 anos, o solo e água, e vi a matéria orgânica daquela região sair de 5% para 0,5 %, 0,6% - isso são dados analíticos que eu tenho no meu laboratório.

Há pouco tempo estive com um grupo de técnicos, que o Banco do Nordeste convidou para algumas palestras e vi o desalento daquele povo lidando com o problema da falta de água, consequência do desmatamento exagerado. No momento em que você desmata uma área como aquela, só pode haver como consequência primeira, a falta de água, porque não há mais retenção, porque os olhos de água daquele sítio se acabaram e nós homens, fazendo o trabalho nosso de cada dia, de maneira, às vezes, até desatinada sem dar atenção para um grande problema que ocorre naquela área e em outras regiões do Estado. É o problema de erosão do solo. Eu acabo, senhores Deputados, de escrever um trabalho, sobre a erosão do solo, depois vou fazer

chegar nas mãos do senhores e que gostaria de um espaço maior em outra oportunidade, para trazermos esse assunto aqui.

Vou dar um dado, talvez para os senhores, estarrecedor. Para cada hectare que eu cultivo no Estado do Ceará - vou generalizar e na serra é mais grave um pouco - perco em torno de 500 reais por hectare/ano na forma NPK, sem contar os outros elementos. Isso significa 2.500 Kg de milho ou 836 Kg de feijão, é o modelo da agricultura que nós estamos praticando no momento.

Vejo com muito bom grado um parceiro, que se incorpora nesse trabalho de vigilância do meio ambiente, que é o Ministério Público por exemplo, vai monitorar e vai dar notícias a muitas instituições, cujos técnicos estão fazendo, às vezes, aí me penitencio também, um trabalho, que precisa ser complementado, não é um trabalho malfeito, talvez incompleto, mas precisa ser complementado e preocupa, porque a cada dia que passa estamos vendo o solo mais doente e a planta necessitando de mais agrotóxicos, não é por outra coisa não, é porque ele está subnutrido, não vai ser o estigma da agricultura orgânica que se vai trazer, porque a matéria orgânica está cada dia mais pobre também. Veja que a matéria orgânica, qualquer que seja ela, até do animal criado em cima de um solo com pouca forragem, ela é fraca, a cadeia da vida se interliga com elos, que vai quebrar no elo que for mais fraco. A planta não pode dar para o animal, aquilo que ela não teve condição de ser nutrida, que é o solo e nós perdemos. Quanto às áreas da Ibiapaba, já perdemos a camada superficial do solo arável, nós estamos cultivando grande parte da Ibiapaba em cima do horizonte B, que é a segunda camada do solo, por isso as nossas produções estão cada vez menores.

Há um mês, fiz uma feira em Guaraciaba do Norte, que 90 % do que comprei, vinha da CEASA, e o maracujá que eu encontrei lá foi da Bahia.

Há 3 meses, fui a convite do Banco do Nordeste dar um curso de uma semana sobre manejo de solos e recursos naturais, e nesse evento, encontrei muitas coisas interessantes. Pessoas que triplicaram com as doses de agrotóxicos, porque as plantas estavam mais fracas, então os indivíduos mais penalizados são os usuários de todo esse tipo de produção.

Eu não vou mais me alongar, mas estou à disposição dos senhores para colaborar em qualquer sentido e apenas daria duas sugestões: que fosse contemplado esse trabalho da SDR, como também treinamento na parte de conservação do solo. Temos 35 técnicas e práticas simples, que podem ajudar muito esse trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Em segundo, vamos falar um pouquinho de manejo integrado de prática, nós só falamos na palavra agrotóxico. Nós temos mais de oito maneiras de proteger as plantas antes de usarmos os agrotóxicos, e essas seis ou oito maneiras, não tenho ouvido falar em nenhuma reunião tão séria quanto esta. Minha colaboração é essa.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Com a palavra, o Senhor José Murilo.

SR. JOSÉ MURILO DA SILVA (FAE e Senar):

Primeiro, eu quero congratular-me com a Assembléia Legislativa, que teve essa brilhante iniciativa e já não foi sem tempo, porque se sabe que agrotóxico na Região da Ibiapaba, vem matando pessoas há muitos anos e, na realidade, uma medida eficaz nos meus 25 anos que trabalho com agrotóxicos no Estado do Ceará, eu não ouvi nenhuma eficaz.

Estou aqui diante de um projeto do uso correto de agrótoxico na Região da Ibiapaba. Realmente um projeto muito bom e muito interessante, as perspectivas aqui são boas. Agora fico meio atrapalhado, digamos assim, quando vejo aqui atender a

15 mil produtores de hortigranjeiros e famílias. Acho uma meta fantástica, mas antes de ela ser fantástica, ela é também muito difícil de ser alcançada, principalmente no período que estou vendo aqui. Agora, tem outro detalhe: sempre se lutou pelo uso do agrotóxico, não se usar, porque faz mal às pessoas, isso é fato notório e todo mundo sabe, mas tem uma esfera maior, criou-se um decreto-lei nº 8702, decreto federal - e já tem também o decreto estadual - este decreto estabeleceu o nível de toxicidade de cada produto com a respectiva faixa. Então seria assim: classe toxicológica, extremamente tóxica teria uma tarja vermelha ao redor do produto; viria ainda, mediana tóxica e pouco tóxica. Isso impediu, de certo modo, ao leigo que ele comesse a usar um produto extremamente tóxico, quando ele via na tarja daquele produto a cor vermelha, então isso é muito bom. Só que aconteceu o seguinte, através de uma portaria ministerial o que era extremamente tóxico passasse a ser altamente tóxico e vai-se chegar à conclusão, que não faz mal nenhum. O que eu quero dizer é que enquanto aqui se luta para conseguir um bom resultado com as pessoas que se reúnem na esfera maior, estão dissolvendo tudo que está se fazendo aqui. Seria o caso desta Casa também tomar as providências nesse sentido, que é a portaria, que é maléfica para todo o País, porque você pegava um produto extremamente tóxico e via a cor vermelha, deixou de ser extremamente tóxico para ser altamente tóxico. Agora, quem faz isso, é que eu não sei, mas isso é bastante prejudicial e nos prejudica como técnico, de se chegar a outras medidas.

A propósito, também quando eu estava na Emater, elaborei uma fita sobre a situação dos agrotóxicos na Região da Ibiapaba, em que eu tenho relato de médicos, de produtores, tenho documentos de pessoas em cadeira de roda, que por sinal morreram até o ano passado. E tudo por causa do agrotóxico. Eu gostaria de passar essa fita a esta casa com maior brevidade, para que os senhores analisassem, ouvissem esta fita, que é extremamente estupefante. Eu fiz isso há 8, 10 anos. Voltei

agora à região e está muito pior, o que é mais grave. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA GORETE PEREIRA (PFL): Gostaria de registrar a presença do Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Tomaz Brandão, que por sinal é a pessoa que conhece o problema da Ibiapaba e passo a presidência para ele, porque fui chamada na Comissão do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

SR. PRESIDENTE TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Obrigado e agradeço à Deputada Gorete. Peço desculpas aos participantes e aos Deputados, porque não pude chegar mais cedo. Eu queria que repetissem a parte de Ibiapaba, se possível.

SR. JOSÉ MURILO (FAE e Senar): Na região da Ibiapaba, é sabido o uso excessivo, exagerado de agrotóxicos, causando mal e deixando muitas pessoas doentes e muitas das pessoas aleijadas, levando até à morte. Isso não é de hoje, é desde que se começou a plantar tomates na Região da Ibiapaba, eu tenho uma fita que eu posso passar à mão de V.Exa. mostrando exatamente a situação. Isso há dez anos, e hoje é muito mais grave do que há dez anos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Agora, eu pergunto: a economia da região não se ressentiu, não ficou abalada em virtude disso? E qual seria a solução imediata que o senhor daria? No aspecto econômico.

SR. JOSÉ MURILO (FAE e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR): No aspecto econômico, não é a minha especialidade, agora posso dizer o que se está discutindo é o uso do agrotóxico exagerado que está causando mal às pessoas. Quando eu era da EMATER, e nós tornamos isso público, foi um desastre econômico muito grande para a região, e de lá para cá, não me atrevo mais a botar isso no jornal.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): E qual seria a solução imediata para revitalizar?

SR. JOSÉ MURILO (FAE e SENAR): Agora está praticamente disciplinado diante desse projeto aqui. Eu vejo uma saída muito grande, porque aqui neste projeto estão disciplinados todas as etapas, que se deve fazer, que é o treinamento, atender às pessoas, unidades demonstrativas, campanhas educativas, uso correto do agrotóxico, receituário agrônômico, saúde do trabalhador, etc.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Inclusive, já existe uma lei aqui do Deputado Mário Mamede na época, já fazendo a regulamentação do uso do agrotóxico.

SR. JOSÉ MURILO (FAE e SENAR): Mas o uso do agrotóxico no Estado do Ceará, apesar de estar implantado no território nacional há 10 anos atrás, implantado, porque é Lei Federal e inclusive tem Lei Estadual e Decreto Lei Estadual, o receituário agrônômico ainda não foi aprovado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e ainda não

está funcionando, não por falta de apelo e de luta, faz muitos anos que eu venho militando nessa área, e até hoje ainda não consegui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Passo a palavra para o senhor Fernando.

SR. FERNANDO JOÃO (UFC): O Deputado fez uma pergunta bem objetiva; como a gente resolve o problema? Infelizmente, não vi aqui nesse projeto, eu vou ler rapidamente. Existe uma maneira de reverter essa situação, não é muito fácil e alguns países já começaram a fazer. Temos trabalho com isso. Uma das tecnologias, um dos procedimentos, é você procurar restaurar o que existia de vegetação nativa nesses locais. Nós sabemos que hoje a Ibiapaba não tem quase nada de vegetação nativa e tem no Parque de Ubajara ainda. Estamos trabalhando lá, inclusive estamos fazendo um trabalho no Parque Nacional de Ubajara. Há uma diversidade muito grande, inclusive de espécies que nós nem conhecemos. Só numa ordem, temos pelo menos 3 novas espécies. Agora, o sistema é altamente fragilizado, por quê? Porque está cercado de poluição por todos os lados. Então, o que nós teríamos de fazer para atender, o que ele perguntou agora, é exatamente multiplicar a vegetação nativa, que existe no local, por quê? Porque é ela que traz estabilidade. Eu não vi aqui - não é uma crítica, é apenas uma observação - nada que contemplasse esse aspecto. Essa é a realidade, porque nós temos resultados de avaliação científica, onde isso é colocado, e eu não vi nada disso contemplado.

E uma outra observação que eu gostaria de fazer: Eu vi aqui uma referência, com relação à questão de análise de resíduos de inseticidas e que praticamente tudo está na mão da Secretaria de Saúde. Acho que isso é competência do Engenheiro Agrônomo, pois é ele quem aprende o que é resíduo, resíduo cuticular, subcuticular, como é que ele identifica um resíduo na

planta, como ele deve coletar uma planta ou uma parte vegetal ou um produto vegetal, um produto de origem animal para fazer análise de resíduo se o laboratório de resíduo está no lugar errado. Perdoem a crítica, mas eu acho que isso é competência de quem tem formação para tal. Então, eram essas observações que gostaria de fazer e na verdade, estou inscrito lá para o final. Poderia até fazer mais alguns comentários, mas realmente esse problema é grave e temos que saber como é que vamos fazer para sair dele. Existem saídas, agora, aqui no projeto, lamentavelmente, não vi muito claras essas saídas colocadas. Vi que esse projeto custou um milhão e duzentos mil reais, é uma quantia considerável e aquilo que é essencial e não se gasta muito, não está contemplado. E também até lamento que a universidade tenha ficado de fora desse projeto, porque poderia ter sido convidada. Gostaria de ter sido convidado para pelo menos, dar alguma opinião e não agora na reunião. Chego aqui na reunião, olho o projeto e dou palpites. Eu não acho que isso seja correto, até porque, fica ruim da gente comentar. Meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Com a palavra o Dr. Nilton.

SR. NILTON DANTAS (EMATERCE): A propósito da colocação do Professor Holanda e do problema que estamos tratando aqui do uso de agrotóxicos, dos seus efeitos hoje, agora, nesse momento e de um tempo para cá, graças à mídia, à constância do assunto, à pressão dos ambientalistas e tudo, estamos tendo a oportunidade feliz, de discutir o problema sem nenhum risco. Então, há alguns anos, colegas nossos foram marcados para morrer porque denunciaram, ameaçados de morte porque fizeram anúncios no jornal e eu escapei, porque tenho nome e lá na Ibiapaba, sou reconhecido por outro nome. O jornalista normalmente coloca o nome da gente a primeira vez, de

uma maneira e quando cita pela segunda vez, cita pelo último nome, Gomes, ninguém sabia quem era Gomes, sabiam quem era Nilton, aí escapei. Havia pessoas lá dizendo assim: “*O senhor fulano de tal, diga para ele, aquele doutorzinho, que se ele aparecer aqui, ele se cuide, porque eu tenho coisa boa para ele*”. Não podíamos falar, inclusive a proposta da colocação do professor Holanda, quando cheguei em 1972 na Ibiapaba, fui produtor mas deixei, porque a atividade agrícola foi ingrata com muita gente e está sendo atualmente. Existia em nível federal, inclusive com financiamento do Banco do Brasil, - Deputado Tomaz Brandão, que é da Ibiapaba, sabe disso - quem é agricultor que produziu por essa época, tinha incentivo, era incentivado, era juro zero para quem usava o chamado insumo moderno. O que era o insumo moderno? Era adubo químico e era agrotóxico. E muito! Era de uma maneira tal, que nos projetos fazíamos, eu fiz muito isso. Não vou mentir. Por que é que eu vou mentir, se a realidade era essa? E estava avalizado, inclusive pelo Governo Federal com documentos e o Banco do Brasil financiava. Quem usava agrotóxico e adubo químico, estava bem.

Naquela época do Governo César Cals, foi plantado café, maracujá e a pimenta do reino. A pimenta não vingou, mas o maracujá ficou. No começo, o maracujá tinha um ciclo de mais de cinco anos e hoje ele não tira nem um. Aqui está o Joaquim, que trabalha com isso e pode comprovar o que estou dizendo. Ele tira um ano, um ano e meio, por causa de uma doença que não se conseguiu controlar, cada vez mais se coloca agrotóxico e cada vez menos se controla essa doença. O senhor sabe disso.

Com relação àquele problema que o Murilo colocou das metas, eu não acho um número grande, depende da metodologia que você usa. Você tem uma mídia, você tem metodologia - o Murilo sabe disso, que trabalhou na EMATERCE e conhece muito bem essa metodologia - você usando a mídia, você pode atingir o País inteiro. Não pode em uma campanha? Pode sim. Por

que não? Está atendendo. Vacinação é um exemplo. Então, isso não vejo.

Agora, queria colocar alguma coisa com relação ao que fiz. Comecei a fazer essa minuta, não está pronta. Por isso não vou deixar aqui, que vai ao encontro daquilo que o Deputado Sineval Roque colocou. São alternativas de produção, de abrir o leque para outras atividades dentro mesmo da hortaliza, da horticultura da Ibiapaba, com o cultivo protegido, hidroponia, irrigação localizada. Enfim, toda cadeia produtiva, e não vou citar, porque é muita coisa aqui para abrir o leque. Tirando muito o produtor do tomateiro, que é a cultura que puxa mais agrotóxico, ela pode ser uma cultura muito doentia, muito sensível às pragas e doenças, pelo fato de ser trabalhado geneticamente muito tempo, durante todo tempo. Então, puxa muito agrotóxico. Na hora que a gente reduzir um pouco, até vai melhorar em nível de mercado, o preço do produtor, e oferecer também outras opções para ele sair um pouco do tomate e um pouco do maracujá. Vamos assim, reduzir e muito isso aí. Também apresentar culturas alternativas, como o próprio café, que nós começamos lá, só que começamos errado apenas com o solo e sem nenhuma experiência.

O problema do Brasil é o seguinte: vêm pacotes, como veio o pacote do café, foi para a Ibiapaba, um solo daquele, uma areia tremenda e foi para Baturité em outro tipo de solo. No Baturité, ele morreu logo, porque o solo é muito raso e não agüentou nem cortar. Quando fizeram aquelas banquetas, aqueles terraçamentos, então, morreu. Morreu, porque não tinha solo, bateu na pedra, ele morreu. O da Ibiapaba, como o solo é profundo, apesar de arenoso, ele segurou em cima do produto químico, do fertilizante e do adubo que se compra, que é de má qualidade.

Nós compramos o quê? O produtor compra areia importada do interior, o caminhoneiro, que não tem o mínimo interesse, nem conhece o que é agricultura, quer apurar o dinheiro para pagar o caminhão que ele comprou. Então, ele leva areia

onde vai tiritica, que nunca mais sai e vão hermatóides, que nunca mais ninguém controla também. O controle é químico e é caro. E não temos certeza de que vamos controlar.

Quer dizer, nós temos toda essa situação, porque também tivemos um apoio governamental, até um incentivo para se trabalhar. E não se podia falar. Hoje em dia, nós temos o prazer, a felicidade de estar aqui nesta Casa, todo mundo debatendo com apoio. E eu pediria o apoio da classe política, pois sem o apoio da classe política, nós não caminharemos a canto nenhum para lançar projetos de agrotóxicos. Usa-se muito na serra, atualmente, o piretroíde. Esses dados me foram passados por um vendedor. Antes eu não tinha coragem de mostrá-los porque senão poderia sair ali e morrer. Então, ele causa essa doença aqui. É a sensação facial subjetiva. Vejam o que é isso! É um formigamento com uma dormência, ocorre em nível de pele, geralmente na face, podendo ocorrer em outras partes do corpo, dependendo da exposição e da concentração. Esse trabalho foi elaborado pela Organização Mundial da Saúde e publicado em 1990. Mas o piretroíde está aí, é um produto moderno e não vai sair tão cedo.

Os sintomas aparecem geralmente meia hora após o contato e variam, dependendo da exposição, de 5h a 24h. Estão aqui os nomes dos produtos químicos, que não vou ler, só vou mostrar para vocês.

Isso está lá no mercado sendo usado. Um vendedor caiu na besteira de fornecer-me esses dados mas ele me pediu que eu não dissesse nada. Hoje, tenho condições de dizer, tenho a tranqüilidade de dizer, mas antes eu não teria. Muito obrigado.

SRA. ZÉLIA FRANKLIN (Secretaria de Saúde): Eu queria só fazer uma observação em cima da intervenção do Professor Fernando. Jamais pensamos em trabalhar sozinhos, mas a Secretaria da Saúde tem um ação direta relacionada com essa Lei. A saúde é complexa.

Quando nós fazemos um projeto e participamos dele, temos o pensamento de agir - conforme a minha primeira intervenção - com parcerias. Tanto é, que esse Projeto, que é coordenado pela SDR, tivemos o maior prazer de participar como parceiros, porque nos cabe a responsabilidade com a saúde. Nessa questão, reconhecendo que a saúde não é só a saúde em si.

Esse projeto só vai ser desenvolvido se tiver a participação da SDR, da Universidade, da Semace e de tantas outras instituições, que estejam ligadas às questões nas quais nós vamos trabalhar.

E dando exemplo, para a implantação do Núcleo de Saúde, referente à saúde do trabalhador, que está começando por Maracanaú, já a partir deste ano, já fizemos algumas parcerias e, como exemplo, a Universidade, através do Núcleo de Saúde Coletiva, na pessoa da Professora Raquel Rigotto. Pensar em trabalhar só hoje, é ilusão, é não querer fazer, porque as questões são complexas.

Queria só acrescentar mais uma observação, que também passa pela nossa cabeça. Nós estamos trabalhando com outras instituições, mesmo não governamentais, se assim podemos chamar de instituições, porque sabemos que no Estado do Ceará, já temos a experiência de culturas alternativas, que são desenvolvidas, orientadas através de organizações não governamentais. Por exemplo; tem uma Associação na Guaraciaba do Norte. O outro exemplo: convivência da plantação do algodão com o bicudo em Tauá, que é uma parceria, de uma ONG (Organização Não Governamental) junto com a associação das comunidades de Tauá e mais a Prefeitura Municipal.

Nós temos uma experiência também do café ecológico, do Baturité, através da consultoria da CEPEMA (Fundação Cultural Educacional de Defesa do Meio Ambiente) que é uma fundação do meio ambiente. Enfim, nós temos vários exemplos e temos

conhecimentos para poder somar conosco. Acho que a população precisa e a população merece.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Com a palavra, senhor Raimundo Braga.

SR. RAIMUNDO BRAGA (EMBRAPA): Sou pesquisador da Embrapa. Inicialmente, gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa pela idéia deste debate público, e dizer que infelizmente a EMBRAPA não participa do documento. Nós estamos recebendo o documento agora, e não poderíamos opinar sobre ele, mas temos algumas considerações a fazer sobre o assunto em pauta neste debate.

Primeiro, falou-se em 15 mil produtores envolvidos na Serra da Ibiapaba. Quinze mil produtores, você pode multiplicar por 5 membros da família. São 45, mais a média de 3 ou 4 trabalhadores rurais, temos mais de 100 mil pessoas envolvidas num problema de profunda seriedade, que é a parte de agrotóxicos.

Garanto que se fosse fazer uma análise de colinesterase em toda essa população envolvida, os níveis estariam acima dos níveis internacionais permitidos, a percentagem de agrotóxicos no sangue. E sem contar com os consumidores que somos nós.

Então, tudo isso advém de um problema chamado: *Uso Indevido de Agrotóxico*, que é uma demanda acumulativa ao longo do tempo, provocada, primeiro pela resistência que o inseto tem aos inseticidas. Se o produtor começar a usar muito inseticida, inevitavelmente, inadequadamente, então o inseto começa a adquirir resistência. Então, mais quantidade você vai usar, mais você está adquirindo resistência, e outras pragas que não eram pragas, começam a ser pragas. Por quê? Porque o inseticida está matando aquele inimigo natural, que controlava

aquela praga. É a questão chave, você entra em um produto, consegue adquirir resistência, mata os inimigos naturais e aqueles insetos que não eram pragas, passam a ser pragas.

Isso é um problema acumulativo, que atinge o ponto máximo e o, produtor não suporta mais esse custo de produção. A cultura esta ficando muito cara e ele a abandona. Isso já aconteceu com a do algodão, já aconteceu com inúmeras culturas em várias partes do mundo. Sem contar com os efeitos colaterais originando problema de saúde, perda de memória, convulsão e morte prematura de pessoas inocentes, que acho, se entrar em moda aqui no Brasil, como já houve e se a população se conscientizar de que o governo é o responsável por isso, então, o governo vai ter que indenizar essas famílias, por perdas prematuras de membros das famílias por problemas de agrotóxicos.

Esse é o problema do próximo século, que está bem próximo. Os países mais desenvolvidos já estão resolvendo os seus problemas internamente e externamente, não aceitando importar produtos de países que usam inseticidas, como o Brasil e outros países.

Daqui a pouco, nenhum país vai aceitar nossos produtos agrícolas. Nós temos um exemplo de frutas. Nós somos o maior produtor mundial de frutas, exportamos 100 milhões de dólares. Por quê? Porque temos problemas com inseticidas, com insetos que existem aqui e que não existem lá.

A experiência que nós temos com o pequeno produtor é que a solução é mais complicada. Se você for um grande produtor, você pode organizar, pode usar alta tecnologia. Com o pequeno produtor é complicado. Então, o governo tem que tomar conta do pequeno produtor. Esse negócio de dizer que estamos globalizados e o produtor agora que se cuide, isso não existe, cai todo mundo. Aqui no Brasil, o governo está abandonando o pequeno produtor, o pequeno produtor brasileiro é um analfabeto. Ele não sabe assinar o nome.

Se não souber ler, se não souber interpretar uma frase é analfabeto. Então, nós estamos com mais de 70% de analfabetos, cuidando da parte agrícola. O governo tem que entrar firme. O setor privado também, o próprio produtor tem que entrar.

A nossa experiência com o pequeno produtor em outros países é a seguinte: capacitação. Nós temos exemplos de pequenos produtores na Bolívia, Argentina e no Paraguai. Através de Cooperações da FAO (Fundo para a Alimentação das Nações Unidas) doadas por países como a Itália, como a Holanda, que promovem programas para pequenos produtores. Com a capacitação se consegue uma redução de 50% no uso de agrotóxicos. Cinquenta por cento só com a capacitação. *“Produtor, você está fazendo 18 aplicações de inseticidas e com 6 aplicações, resolveria o problema”*. O interessante, é que ele recebe da casa que vende o agrotóxico, um calendário de aplicações. Nós temos o exemplo de 18 aplicações contra o tomate, 36 aplicações contra o tomate.

A capacitação a curto prazo é a primeira medida. Depois viriam a pesquisa e a parte de outras práticas de manejo geral da cultura. Mas a capacitação, através do manejo integrado de pragas, reduziria em mais de 50% o uso de agrotóxicos. Com isso teriam várias opções. Nós temos um exemplo no vale do São Francisco, onde se faziam 28 aplicações de inseticidas contra a praga do tomateiro. E hoje nós temos praticamente zero, com o uso da tecnologia e com controle biológico.

Nós temos que começar a capacitar esses produtores, dizer para eles quais são os produtos e os agrotóxicos seletivos, aqueles que prejudicam menos a saúde e, principalmente, a saúde dos consumidores. Esses produtos seletivos não desequilibram o ambiente e não promovem a resistência dos insetos a esses produtos. Temos produtos biológicos, já desenvolvidos pela EMBRAPA, pela universidade e outras instituições no País, que controlam esses insetos muito bem. Produtos que são inofensivos à saúde humana.

Temos o manejo geral da cultura, não só envolvendo a parte de praga, mas também o solo. O solo é um patrimônio que está sendo perdido, como o professor Holanda falou, tem que ser preservado. Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Queria registrar a presença da Deputada Fabíola Alencar, que também tem a preocupação com o agrotóxico, inclusive, fez um pronunciamento na Assembléia Legislativa, a respeito da agricultura no Cariri e o uso do agrotóxico. Todos nós aqui da Assembléia Legislativa estamos preocupados e a presença da Deputada Fabíola Alencar, é um prazer para nós.

SRA. PRESIDENTA DEPUTADA FABÍOLA ALENCAR (PPB): Passo a palavra para o Senhor Roberto Virgínio.

SR. ROBERTO VIRGÍNIO: Respondendo diretamente a indagação da terceira pergunta do Deputado Sineval Roque. Eu citaria além desse uso correto de agrotóxico na região da Ibiapaba, a nova reestruturação da Emater.

Foram criadas 18 unidades locais de sanidade animal e vegetal. São justamente estruturas, que visam monitorar mais de perto a questão sanitária, tanto animal como vegetal. Além dessas unidades, foram também instaladas no Estado do Ceará, 4 barreiras hortifitos sanitárias. São justamente estruturas que ficam nos extremos no sentido de inspecionar, tanto o material que entra, como o que sai no aspecto animal e vegetal. Para isso dispomos de 78 técnicos, trabalhando nessas atividades. São 18 engenheiros agrônomos, 18 médicos veterinários e 34 técnicos.

A atuação dessas unidades abrange atualmente 48 Municípios. E em relação ao projeto Uso Correto de Agrotóxicos

na Região da Ibiapaba essa contribuição dada pelo Professor Chico Holanda, no sentido de inserir atividades de ações relacionadas com a conservação do solo, bem como a do professor Fernando João, no sentido de se fazer à restauração da vegetação nativa, com certeza a SDR e a EMATERCE, vão levar em consideração e tentarão também, logo de imediato na implementação desse programa, adotar essas sugestões.

SRA. PRESIDENTA DEPUTADA FABÍOLA ALENCAR (PPB): Com a palavra o Senhor Osvaldo Gomes.

SR. OSVALDO GOMES (Engenheiro Agrônomo):
Estava ansioso para colocar alguma coisa a respeito desse assunto, por isso vim para esta reunião. Um colega convidou-me e vim para cá.

Por que eu estou aqui? Fui um dos técnicos, juntamente com o Murilo, que trabalharam a Lei de Agrotóxico, isso por volta de 1991. O Deputado perguntou quais eram as sugestões.

Diria imediatamente ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa, que fossem menos lentos nesses assuntos. A Lei, nós discutimos em 1991. Um Projeto de Lei discutido com a participação da Associação dos Engenheiros Agrônomos, com o Sindicato de Engenheiros, com o pessoal da Saúde, com a Secretaria de Agricultura, o CREA (Conselho de Regional de Engenharia e Arquitetura) e um grupo de pessoas da Associação dos Comerciantes dos Agrotóxicos, aqui do Estado do Ceará. Uma Lei bastante representativa, de classe, interessadas no assunto. Essa Lei, a duras penas, foi aprovada, porque o Deputado Mário Mamede seguiu um Projeto que ele tinha. Suspendeu o projeto, porque o Governo estava interessado em discutir uma Lei.

Quero fazer um histórico, para poder o Governo não ficar perguntando aos técnicos qual é a saída. Nós elaboramos uma Lei para ser de iniciativa do Governo do Estado.

O Deputado Mário Mamede era deputado na época. Tirou o Projeto dele, para eticamente dar vez ao Governo, de sair com um projeto interessante. O Governo não colocou o Projeto.

Depois de um ano ou dois, entramos com o Projeto do Deputado Mário Mamede, porque éramos do CREA, nós tínhamos poderes, o Deputado Mário Mamede, queria fazer isso, nós pedimos a Lei, lá no CREA, fizemos, convocamos o mesmo grupo, emendamos a Lei do Deputado Mário Mamede.

Naquela época, colocamos todas as Emendas que estavam na Lei anterior, no projeto anterior que tinha sido engavetado pelo o Governo.

O Projeto veio para cá a duras penas e foi aprovado. Apareceu um substitutivo de alguém interessado, e esse substitutivo morreu. O Projeto do Deputado Mário Mamede foi aprovado. Dois anos depois, no Governo Ciro Gomes, foi regulamentado. Está aqui. Em 1993, foi aprovado e em 1995 regulamentado.

Como é que se resolve? O Governo precisa ser mais ágil. Como é que se resolve normalmente? O Governo não acabar com os órgãos técnicos! Está acabando com órgãos técnicos. Vamos treinar, capacitar o pessoal! O governo sucateou a EMATERCE acabou com a CODAGRO, fechou a CEDAP (Companhia de Desenvolvimento de Agricultura e Pesca)e fechou a pesquisa estadual. A Embrapa está vivendo, mas fechou a EPACE (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará). A EMBRAPA existe, a EPACE não existe. São órgãos importantes, que poderiam atuar nessa função. O governo é responsável por isso. Ele só devia acabar um órgão, quando tivesse um outro que o substituísse, mas ele não tem.

E está aí o problema sério. Naquela época, que foi por volta de 1987, já tinha produtor morrendo. O problema não é só o uso! O problema é a comercialização, a produção, a distribuição, a dessalização, é tudo! O produtor é vítima disso aqui. Está morrendo lá. Estou entusiasmado, já até um pouco nervoso, porque não agüento ver essa situação. Este problema está seriíssimo. A agricultura está horrível! O Nordeste está quase deserto, com essa agricultura irracional, que estamos fazendo. É irracional o que nós estamos fazendo e o Governo é responsável, porque o Governo está acabando com os instrumentos importantes.

O Deputado pergunta: “Qual é a saída?” A saída é isso aí. Então, por que a preocupação é só com PIB (Produto Interno Bruto)? E a saúde do povo? Como é que fica? É importante também.

Foi válida a iniciativa da Assembléia Legislativa? Foi, mesmo com as críticas, mas não inclui os instrumentos para cobrar a execução da Lei. E a Lei que está sendo definida, é uma Lei boa em cima da Lei Federal, e têm as atribuições do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura definidas.

Agora é o governo executar a Lei para minorar o problema, que não resolve, mas pelo menos ele tem um instrumento. Legalmente, o Governo já tem instrumento. Agora, vamos saber se ele vai ter política, para realmente resolver o problema. Acho que existe solução, os técnicos têm saída, existe aí uma idéia excelente, maravilhosa, que é a agricultura orgânica. Eu discordo um pouco, não sou um cientista, sou um Engenheiro Agrônomo. Acredito na cultura orgânica, e ela recupera o solo, trás ao solo a sua capacidade de fertilidade permanente. A nossa agricultura degrada o solo, vai perdendo a capacidade de adubação e mais inseticida e mais não sei o que, e mais adubo químico e ela não consegue reagir, porque o solo é a mãe de tudo.

Eu sou a favor de que se desenvolva um projeto de agricultura orgânica, mas sem acabar com a Ematerce, restaurando os órgãos de pesquisa estadual e os órgãos de fomento, porque são instrumentos capazes para resolver o problema.

O problema é sério, e não é só o PIB, é a saúde do povo. Sou a favor de envolver o pequeno. O pequeno produtor, mesmo com toda desgraça - ele é vítima de tudo - é ele quem mais produz. Com toda desgraça!

Eu quero pedir desculpas por esse meu entusiasmo e esse meu nervosismo, é porque já estou meio cansado de estar fazendo crítica nesse sentido. Sou um profissional, estou aposentado, mas estou à disposição. Se quiserem implementar um projeto desse tipo, estou à disposição para me engajar nesse trabalho, em defesa da agricultura orgânica. E já tem uma associação aqui em Fortaleza, há mais de dois anos, com mais de 200 sócios, que está usufruindo dos benefícios dessa agricultura orgânica, e é uma beleza. E não se usa nada químico. Tem gente da Emater que é sócio dela, se beneficia dela e vai muito bem. Defendo isso, porque ela restaura o solo, recupera o solo e a saúde do povo que produz e que consome. E o consumidor é traído, porque, às vezes, o produtor é orientado a aplicar o agrotóxico e ele aplica e quem vai ser prejudicado é o consumidor, que não sabe nem qual o produto que vai escolher.

É essa a minha crítica, a minha preocupação, mas a minha solução, a minha sugestão. Primeiro: fortalecer os órgãos, restaurar e criar. Se o Governo acabou, tem que criar órgãos de pesquisa no Estado. E segundo: fortalecer um órgão como a EMATER, que ainda existe. Não sei até quando ela vai existir. E com a Embrapa, a capacitação com quem entende. E quem entende de extensão rural? A EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará). E procurar estruturar para exigir a vigência ou executar a Lei. O receituário agrônomo está aí descriminando o que tem na lei. Tem

instrumento legal. É só o Governo querer aplicar essa lei e fiscalizar os órgãos de comercialização e de produção de inseticida. Não só criticar o uso, porque o produtor é vítima, ele não é só cúmplice. Ele é colocado como criminoso, e não é. Ele é vítima do processo.

Era isso o que eu queria dizer, e eu fiz mais uma crítica à Assembléia, porque o Governo extinguiu e a Assembléia aprovou. O Governo extinguiu a Epace e a Assembléia também, porque ela aprovou. Se ela não aprova, não extingue. A Assembléia também é responsável pelos projetos, que o Governo manda para cá e a Assembléia aprova. Ela é culpada por isso. E a sociedade cobra dela. Estou cobrando como cidadão comum, porque sou aposentado e estou cobrando da Assembléia, porque ela extinguiu um órgão de pesquisa, quando estava ocorrendo aqui uma doença perigosa, que era a tal da mosca branca e outras coisas, que aparecem aqui e acolá, e o Governo não tem instrumento de pesquisas para ir atrás disso.

Quero agradecer e pedir desculpas pelo meu entusiasmo e pelo meu nervosismo, mas sou desse jeito. Podia até colaborar melhor, se eu estivesse com mais calma, mas em outra oportunidade posso fazer isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB) : Com a palavra o Dr. Ambrósio.

SR. AMBRÓSIO GUIMARÃES (Ceatox) : Boa tarde. É muito bom estar aqui com vocês. Realmente, coordenamos o Ceatox (Centro de Assistência Toxicológica) do IJF. É um órgão de referência estadual no tratamento de pessoas envenenadas e intoxicadas.

Temos que parabenizar a nós mesmos, que estamos aqui reunidos para tentar resolver um problema, que eu chamo de

“Terceira Guerra Mundial”. Se não forem tomadas medidas realmente cabíveis, todos nós morreremos um dia pelo uso indevido de agrotóxicos. Porque eles vão se acumulando e quando começarem a surgir doenças incuráveis, tipo a leucemia, as anemias aplásticas e os cânceres, que esses produtos dão e que normalmente, não sabemos porque os fabricantes que têm o domínio destes produtos, eles registram no Governo e logo, logo queimam.

Somos um órgão nacional, e quando pedimos ao Governo o registro desses produtos, o responsável diz que não tem.

Há oito anos, deixei de pedir esses registros para saber o que contém no produto. Não sabemos, nós como órgão responsável pelo tratamento em nível nacional, não sabemos sequer o que tem no produto, porque eles registram, tem um lobby.

Um dos colegas nossos, engenheiro agrônomo do Rio de Janeiro, publicou um livro chamado “*A Máfia dos Agrotóxicos*”, com documentos provando que o Governo é, realmente, o mais criminoso nessa área, porque ele faz isso sabidamente para proteger as multinacionais, que querem nos matar, acabar com a vida na Terra, e os órgãos ficam totalmente inocentes.

Como foi falado, os produtores que usam agrotóxicos são vítimas e ao mesmo tempo responsáveis, porque também terminamos sendo governo.

Então, acho que a partir daí, tentaremos nos conscientizar, que não vai adiantar ficarmos querendo usar mascarazinha, porque o sangue e os ossos já estarão tremendamente contaminados com esses produtos e muitos deles levam 350 anos no solo ativamente. Então, você não dura esse tempo todo e aí a geração vai ser extinta.

Realmente, estamos tratando de um assunto da Terceira Guerra Mundial, um assunto extremamente grave. Vi a fita lá da Ibiapaba e vejo também todo dia, morrer gente que usa, porque

não agüenta mais essa loucura, que é o problema do agrotóxico. Como foi no tempo em que se obrigava o cara a comprar o agrotóxico junto com o financiamento e com isso se divulgou que o produto não faz mal, só faz mal para os insetos, porque tem a propaganda enganosa, que também nós somos responsáveis, porque nós somos governo e a Procuradoria tinha que tirar essas propagandas de imediato, porque ela é um incentivo ao crime.

Atendo todos os dias, pessoas que usam esses piretróides. A propaganda está aí. Chega lá morrendo, perde dias de serviço e como o problema acumula no sangue, um dia ele vai morrer disso, a geração dele vai ter câncer. Ou seja, nós estamos contribuindo para o apocalipse e pensando que também não somos responsáveis por isso.

O problema, realmente, é muito grave, é um problema do materialismo histórico, que se instalou na Terra e a gente fica pensando que não é responsável por isso e estamos rezando pouco. Então, temos que voltar a ser espiritualistas, temos que voltar a se sentir responsáveis por essa desgraça, que de certa forma estamos contribuindo. Porque a gente vê a propaganda e diz: “Ah meu Deus, enganosa”. Mas aí a Procuradoria não sabe disso, que é para tirar, porque ela é contra a própria lei. Temos algumas leis até interessantes, mas não temos que só ficar esperando pela lei, temos que realmente nos penalizarmos que vamos ser extintos, porque a coisa é muito grave.

Assisti a uma audiência parecida com essa na Câmara, há algum tempo e o representante dos agrotóxicos foi chamado e disse assim: “Vocês devem nos respeitar mais. Tivemos no ano passado, 5 bilhões de lucros, somos uma empresa grande”. Quer dizer, tinha que respeitar, porque ele teve 5 bilhões de lucro em cima da nossa morte, dos nossos parentes que têm morrido aí, por causa desses venenos.

De qualquer maneira, estamos à disposição de quem está intoxicado lá no IJF. Estamos implantando em Iguatu um centro e

na Ibiapaba pode ser implantado um centro desses, mas pelo menos é de atendimento toxicológico ou de assistência toxicológica. Fazemos a prevenção, divulgamos através de alguns folhetos como estes para alguns colégios, temos dado cursos de prevenções das intoxicações, o pessoal tem ido assistir no IJF, é um curso anual e nos colocamos através do telefone 255. 5050, que é um atendimento direto, 24 horas, esclarecendo sobre isso.

Às vezes, as pessoas perguntam: as dedetizadoras estão dizendo que o produto é altamente seguro, vamos dedetizar o apartamento e tal”. Você pode até ficar, porque a propaganda diz que temos referência internacional, de que o produto pode ser usado, não precisa ter problema nenhum. E eu respondo o seguinte: “O rato está tomando conta do queijo”. Você queria o quê? Ele é quem produz o produto, a universidade não tem condições de pesquisar esse produto, porque ele não fornece o produto como devia. Porque se você for pesquisar ele não consegue fornecer o material, ele fornece uma amostra contaminada, porque eu já vi isso em Campinas, na Unicamp (Universidade de Campinas). Então, você não descobre o que tem realmente lá, e isso é um problema. Então, eu digo: não use. Se você for usar é melhor você sair de casa e ficar para sempre fora dela, porque vai ter produto que vai ficar para sempre lá te contaminando”. E a pessoa diz: “Puxa, para sempre?” Eu digo: “Pois é, então não use”. Porque é melhor do que um dia a família aparecer com câncer, com leucemia e você vai ser o culpado. Vamos rezar bastante, porque é muito grave o problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Doutor, o senhor amedrontou todo mundo.

DR. AMBRÓSIO GUIMARÃES (IJF): Mas está pior do que eu falei. É só ir nos países desenvolvidos como a Suíça e

outros países, que estão abolindo mesmo o uso, usando agricultura orgânica. Já existem muitas alternativas. Já foi descoberto no Japão um germe chamado microorganismo efetivo. É um germe como se fosse originário do paraíso. São Paulo já está distribuindo isso através da agricultura messiânica, que você começa a usar e eles começam a produzir nitrogênio numa quantidade suficiente no solo, que a planta realmente não pega a praga. É mais ou menos parecido com agricultura orgânica.

Então, alternativa tem. O problema é a gente realmente se espiritualizar e realmente querer ser um filho de Deus cumpridor da nossa missão aqui, que é salvar pessoas e não matar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO(PSDB): Com a palavra a senhora Irlanda.

SRA. IRLANDA TIAGO LIMA : Gostaria de complementar aquilo que eu falei. Já foi assinado um protocolo de intenções, senhores Deputados, entre esses signatários do projeto.

Com relação à idéia do Professor Fernando João, de recuperar a vegetação nativa da região da Ibiapaba, ela é muito oportuna e não deixaremos de lado essa idéia. Provavelmente, incluiremos no nosso projeto.

Quero dizer para ele também, que esse projeto é um projeto piloto. Ele está acontecendo apenas na região da Ibiapaba. Nos acertos, vamos difundir-lo praticamente em todo Estado do Ceará.

O Dr. Fernando João, falou que nós havíamos esquecido da UFC (Universidade Federal do Ceará). Absolutamente, devo tudo que sei hoje à UFC porque eu sou filha daquela casa. Jamais poderia esquecer.

A pessoa que foi convidada para participar da elaboração desse projeto foi do PADETEC (Parque de Desenvolvimento

Tecnológico), para fazer análise de resíduos de agrotóxicos. Só que ele parece que não se sentiu muito à vontade ou não quis colaborar e nos abandonou. Então, tivemos que transferir essa missão da análise de resíduos para a Secretaria da Saúde e é o que consta em lei. - a Lei Nº 12.228 no seu Art. 32, o Inciso I estabelece: realizar amostragem de alimentos para determinação analítica dos resíduos remanescentes de agrotóxicos. Isso consta na lei. Tentamos resolver o problema, reequipando o Laboratório Central de Saúde para fazer essas análises de resíduos de agrotóxicos.

Com relação aos 15 mil produtores que serão beneficiados no projeto, o Dr. Murilo falou, o Dr. Raimundo Braga também falou e fez as contas de 15 mil que dariam 100 mil. Acho que não são só 100 mil. Essas contas precisam ser refeitas.

O alcance social desse projeto, mobilizando apenas 15 mil produtores, é de 2 milhões de habitantes em Fortaleza, outro número no Maranhão, Piauí e no Pará. A extensão é essa, o alcance é esse. Porque o problema do uso do agrotóxico não é apenas o uso em si, é o mau uso, o uso incorreto, o uso indiscriminado.

Com relação também a um questionamento do Dr. Raimundo Braga, sobre o projeto, realmente nós só concluímos esse projeto ontem à noite. Por isso que ele não recebeu. E eu havia prometido que mandaria para ele, mas graças a Deus ele recebeu agora e vai analisar com calma e depois vai fazer as críticas que se fizerem necessárias. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Com a palavra, o Dr. Fernando.

SR FERNANDO JOÃO MONTENEGRO SALES (UFC): Muito obrigado ao Deputado Brandão. Com relação às

minhas colocações aqui, elas não foram feitas com sentido de diminuir o projeto, mas apenas uma contribuição para melhorá-lo.

Com relação à questão de análise de resíduos, isso é competência do engenheiro agrônomo. Vou morrer dizendo isso. A Lei Nº 12 000 que você se referiu, é uma lei errada, uma lei distorcida, que precisa ser reformulada. Não se reformula a Constituição? Então vamos acabar com isso, colocar cada pessoa em seu lugar. Até porque, o tipo de preparação, de formação do profissional de saúde, é diferente do engenheiro agrônomo. Então, isso é uma coisa que precisa ser corrigida. Temos que nos acostumar com aquilo que está errado? Não, é porque está na lei. Está errada a lei. A gente tem que ter conhecimento e a convicção de mostrar. É isso, as coisas estão erradas, vamos aceitar aquilo que está incorreto, que está errado? Negativo.

SRA IRLANDA TIAGO LIMA: Mas a gente fez isso...

SR FERNANDO JOÃO MONTENEGRO SALES (UFC): Está errada também. Eu vou dar um exemplo. Está equivocada.

Eu queria apenas fazer esse reparo. Antes de tudo, é mais uma colaboração, uma contribuição de melhorar o projeto. Acho que o alcance é fantástico, o que está se pretendendo é muito bom, o que nós colocamos aqui é no sentido apenas de melhorá-lo.

SR PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): O debate sempre traz a luz. Com a palavra Dr. Joaquim Torres.

DR. JOAQUIM TORRES: Boa-tarde a todos. Atualmente, sou aluno de doutorado da universidade, trabalhando na Serra da Ibiapaba há 18 anos na área de defensivos agrícolas.

Gostaria de colocar aqui que em 1997, tivemos oportunidade de trabalhar nesse projeto. Eu acho que tem uma pergunta, que o Deputado Tomáz Brandão fez aqui, que é muito importante. Baseado na estratégia desse projeto, tem que saber como você vai aplicá-lo para não afetar a economia daquela região.

Todos que falaram aqui deram suas contribuições. Essas contribuições são válidas. Amanhã, estarei seguindo para a serra, com um grupo de doze alunos de doutorados da universidade, onde nós iremos visitar em Guaraciaba do Norte, a agricultura orgânica na propriedade do senhor Nazareno. Iremos visitar também plantio em estufa. A tecnologia no uso da estufa vem contribuindo para a redução no número de aplicações de defensivos agrícolas. Iremos visitar também, o plantio de acerola orgânica na Nutrilight, nas margens do Jaburu e um agricultor, que apesar de estar usando estufas, ele ainda não dá o manejo adequado, mantendo o mesmo número de aplicações na cultura do tomate que mantém a céu aberto.

Infelizmente, o Governo do Estado do Ceará não tem privilegiado o setor agrícola. A própria cartilha do neoliberalismo, prega que a industrialização é o carro-chefe. E chega a ser até um contra-senso por parte do Governo ter três órgãos em nível de secretaria, a ministrar políticas para o setor agrícola, quando esse vem apresentando rendimentos decrescentes.

Quando nós, há poucos dias aqui na Assembléia em Audiência Pública, tivemos oportunidade de participar de um debate sobre plantas transgênicas, nós estamos hoje ainda engatinhando em um setor, que os próprios agricultores por uma extensão rural que vem sendo sacrificada por muitos anos, não têm mais o alcance e abrangências que tinham. As próprias

multinacionais hoje, face à extensão, vendem seus produtos para os agricultores. Elas têm uma rede altamente ramificada.

Inclusive, eu sou testemunha de um agricultor que embora produza em estufa, usa um verdadeiro rosário de inseticidas com pulverizações quase todos os dias.

Hoje, a agricultura deve ser colocada num patamar, porque esse problema de defensivos não é só na Ibiapaba, é em todos os locais. Então, que se tire daqui uma decisão de fazer ou não fazer, para não ficar só no proselitismo e também abrir o leque desse projeto para outras entidades, principalmente organização não governamental, porque elas estão evoluindo. Porque hoje nós vivemos no século da informação. A informação é que é o negócio. E anotem esse dado: a Ibiapaba na década de 1980 abastecia 80% do mercado de Fortaleza, hoje ela abastece em termos de 40% na cultura do tomate. E o maracujá, você pode chegar nos principais supermercados de Fortaleza, são maracujás vindos do Sul e do Sudeste. O frete tornou-se altamente competitivo e é um fator hoje preponderante no setor agrícola. E aquela região ainda é um oásis do Ceará, e nós precisamos manter a mão-de-obra familiar ligada à agricultura. O Deputado Tomaz Brandão conhece muito bem, tanto na agricultura de hortaliça como na parte de fruteiras.

É preciso que façamos o que disse Confúcio: “*Nós temos que dar três voltas em torno de nossa casa*”. Porque, para ficar só no proselitismo, as multinacionais, enquanto nós estamos aqui reunidos, elas estão oferecendo reuniões com coquetel para o de agricultor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB) : O Dr. Nilton ainda quer fazer uma complementação.

SR. NÍLTON DANTAS (EMATERCE): Eu esqueci de falar sobre essa minuta que estou aprontando, que contempla também o Baturité. Porque inclusive a Ibiapaba será o que o Baturité é hoje se continuar dessa maneira.

O Baturité já foi o quartel general de hortaliça de Fortaleza. Quando a Ibiapaba começou a despontar, Baturité começou a cair, exatamente pela queda de produtividade do tomateiro em decorrência do ataque de nematóide. Então ficou inviável a produção de tomate no Baturité. Os produtores de Baturité começaram a migrar para Ibiapaba.

Essa proposta contempla alguma coisa do Baturité. E tem mais, uma denúncia muito séria. Há mais de dois anos fui a Aratuba ministrar um curso sobre o alho e recebi a seguinte denúncia dos produtores: a topografia do Baturité é pior que da Ibiapaba, eles plantam naqueles baixios. Então, todo veneno que eles aplicam, desce para a baixada. E é na baixada onde ele faz o cacimbão e bebe água dali. Eu trabalhei lá em 1972, já tinha hortaliça lá. De 1972 para cá, já faz quanto tempo? Mais de 30 anos fora o tempo que eu não conhecia. Então, está dando dor de barriga no produtor e quando ele mistura essa água com o agrotóxico se não aplicar logo, o agrotóxico não faz efeito.

Quer dizer, precisamos de um médico muito bom e de um laboratório muito bom para identificar o que realmente tem ali de princípio ativo químico, que eu acho que tem que ser uma pessoa muito boa para identificar, um laboratório muito competente.

Eu estive em 1992 na AGROSERES em Minas Gerais, no centro de pesquisa deles. E o gerente da AGROSERES me falou o seguinte: “Todos que compram semente aqui mesmo não sendo agrônomo, vêem que a semente é tratada com um produto vermelhinho, na maioria das vezes é o Captan e esse produto a gente já sabe que é cancerígeno, mas a gente não tem alternativa para usar, porque só tem esse que assegura algum controle para o que a gente vende. A gente não tem saída, infelizmente vamos

continuar assim. E não fale nada não, mas é isso aí”. Eu disse: “Tudo bem”.

Hoje eu posso falar o que eu falei ainda há pouco. E como o Captan têm diversos, o Maneb. A firma sai com um nome e volta com outro nome. Isso é coisa séria. É isso que eu queria acrescentar e se a gente não tiver cuidado a Ibiapaba vai virar Baturité.

SR. PROFESSOR FRANCISCO HOLANDA:

Deputado Tomaz Brandão, eu dizia na primeira vez que eu me pronunciei a respeito do fato, que eu conhecia a sua região já há 30 anos, desde a época do Programa César Cals. Colaborei no tratamento de solo, correção de solo, logo que eu tinha terminado a universidade. E continuo dizendo que me preocupo muito com o problema, porque nós chegamos a esse ponto, se a gente caracterizar originalmente as razões, vamos estabelecer justamente um programa, as prioridades em cima dos pontos mais vulneráveis. Eu dizia também que o solo é o primeiro que deve ser tratado, pois é o primeiro elo da cadeia de desertificação no processo de agricultura. Se você pegar um mapa de desertificação do solo do Estado do Ceará hoje e plantar em cima das áreas agrícolas você vai ver que estão mais desertas as áreas em que se fez agricultura com algodão. Aí eu pergunto: Foi o algodão? Não foi a maneira em que o algodão foi cultivado? Você analise a região da Ibiapaba, eu conheço aquilo ali. Quantas fontes não tinham as suas propriedades há 20 anos, há 25 anos . Hoje secaram. Fui com os técnicos do Banco do Nordeste naquela região lá há uns três meses ver o problema do maracujá e estavam discutindo-se os agricultores furariam ou não o segundo ou terceiro poço. Então, o homem ao longo do tempo vai degradando esses recursos naturais, depois, de uma hora para outra, usou o solo como um Banco que só fez saque, nunca pensou em fazer um depósito, queimou-se demasiadamente, usou-se o fogo de maneira irracional. O índio usa o fogo de maneira mais racional do que o

branco. Máquinas que estão lá em cima estão adensando o solo, ainda bem que naquela região não há problema de salinização, mas água mal usada com máquinas em cima adensa também o solo. E é o primeiro passo para o processo de erosão. Fiz recentemente esse trabalho sobre erosão do solo, estou reapresentando aqui aos senhores. Eu gostaria de ter um espaço nesta Comissão talvez nas próximas oportunidades para trazer e apresentar esse trabalho para vocês aqui. E eu dizia aqui que em cada hectare estou perdendo 500 reais. O nosso produtor rural não está conseguindo tirar na forma de produção agrícola por hectare, o que ele está perdendo na erosão. Esse é um solatamento, está sendo solatado essa região. Nós não temos competitividade nos preços dos nossos produtos, porque nós temos que colocar tanto fertilizante para poder competir em qualidade ou em produtividade. E outras regiões que já começaram o programa de conservação de solo, estão tendo melhores produtividades. Vai juntado tudo isso aí.

Outro aspecto é a agricultura orgânica. Vamos fazer tudo para que isso também não caia numa panacéia. Agricultura para mim tem que ser uma agricultura racional. É como a Bíblia, que foi lida de várias maneiras e deu origem a várias religiões. Agricultura também está no mesmo mote. Se você quer explorar contemplando o aspecto puramente orgânico, você vai ter baixa produtividade por muito tempo. Mas hoje a competitividade no mundo global está necessitando de alta produtividade por muito tempo. Aí o organomineral vai ter que ser contemplado.

Mas nem tudo também é tanta desgraça, nós já estamos recuperando algumas culturas do maracujá na Serra da Ibiapaba com o uso de um composto orgânico que nós estamos elaborando à base de aminoácido, que é orgânico também. Nós estamos curando maracujá com problema sério de fusariose lá em cima, com tratamento breve de solo e uso desse organomineral de alta bioatividade. De maneira que as coisas estão prosseguindo, eu acho que um trabalho sério de conservação de solo tem que ser

instalado naquela região, vou bater nessa tecla o quanto puder. E gostaria de ver a sigla MIP(Manéia, Manejo Integrado e Pragas) ser mais enaltecido do que propriamente o uso do agrotóxico. Nós temos seis, oito maneiras de curar nossas culturas, antes de usar o agrotóxico. São plantas companheiras, plantas repelentes, uso de ferro, hormônios, iscas das mais diferentes maneiras, controle biológico, se você tirou a mata você perdeu os grandes soldados da sua defesa biológica. Por isso expulsou também a boa gente nas classes dos insetos que também nos protegem de maneira até anônima, estão lá como fonte de proteção. Nós temos esse livrinho sugerindo 32 práticas, dentre elas a Mip que, se utilizadas poderão oferecer grande contribuição à qualidade e à produtividade das culturas do nosso Estado. Muito obrigado.

SR. FERNANDO JOÃO MONTENEGRO (UFC):

Falou-se aqui na questão do sucateamento das instituições de pesquisas, que foram acabadas e tal. É porque hoje, no nosso país existe uma febre de qualquer coisa entregar para uma ONG. Eu acho que nós precisamos ter muito cuidado com isso, porque eu tenho tido uma experiência desagradável com algumas ONGs. Eu acredito que as ONGs, que existem hoje no Brasil não são capazes de resistir a uma auditoria acadêmica, eu acredito que mais de 90%. Então, a gente precisa ter muito cuidado quando você entrega um trabalho de origem dessa natureza para alguma ONG, tem que saber primeiro se ela tem condições, tem corpo, tem instrumental necessário para levar a cabo qualquer tipo de investigação. Isso nós precisamos ter cuidado, mas muito cuidado mesmo. Hoje, elas captam recursos, elas têm uma facilidade muito grande que as instituições de pesquisas do governo não têm, essa é a verdade, elas têm uma facilidade muito grande, elas tomam conhecimento de onde há recursos, onde é que está disponível, de repente elas estão abarrotadas de dinheiro, mas sem um potencial para desenvolver pesquisas, essa é a dura realidade. E nós precisamos estar alertas para isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Alguém ainda quer falar?

SRA. IRLANDA TIAGO: A princípio esse projeto, quando foi elaborado, tinha uma linha de pesquisa, que seria realizada por técnicos da EPACE (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará.) inclusive utilizando controle biológico, através daquela traça, através do controle biológico da traça do tomateiro. Mas como a EPACE foi extinta, nós retiramos essa parte da pesquisa de controle biológico da traça do tomateiro do projeto. Quer dizer, o nosso projeto ficou menos rico por isso, infelizmente. E nós temos aqui também alguns treinamentos e unidades demonstrativas utilizando agricultura biodinâmica orgânica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Nós queremos agradecer a todos e temos certeza absoluta que houve contribuições, sem sombra de dúvida. Nós estamos marchando para que se faça o uso correto do agrotóxico e que se possa realmente defender este Estado e a nossa Ibiapaba, como falou o Dr. Holanda, e todos que aqui se pronunciaram. Nós precisamos mesmo fazer uma batalha e não ficar só no proselitismo, nós precisamos ir para a prática, já chega de tantas reuniões, já chega de tanta conversa e de tantos diagnósticos. Nós temos que pôr em prática.

SR. DEPUTADO SINEVAL ROQUE (PSDB): Eu queria agradecer a todos vocês que tiveram a presteza de sair de seus órgãos para vir fazer alguns esclarecimentos nesta Audiência. Foi de suma importância. A gente viu que todos vocês também têm uma preocupação com o mau uso do agrotóxico, não é só a gente da Assembléia que representa o Estado do Ceará, todo o Estado do Ceará está hoje preocupado. Como falou o Dr.

Ambrósio, é a terceira guerra mundial que está vindo por aí, e uma guerra em todos os sentidos, é no emprego, é o pequeno produtor que está usando mal o agrotóxico, é na distribuição, inclusive a comercialização, porque a nossa economia vai ficar cada vez mais arrasada se a gente continuar com uma agricultura nessas modalidades. Porque a gente vai passar a importar, ao invés de exportar. Então, é uma preocupação com todos. Por exemplo: quando um pequeno agricultor produz e existe a distribuição, todos ali estão tendo contato com esses produtos, e lógico, todos vão ficar intoxicados. E para acabar de arrasar, de finalizar a guerra, o bolso do povo cearense também vai ficar mais vazio, porque a gente vai passar a importar cada vez mais esses produtos e a gente tem todas as condições de exportar. Eu acredito que a preocupação que todos demonstraram é que haverá outras reuniões e cada um de nós poderá apresentar conhecimentos que adquiriu sobre a questão. A gente sente que todos têm a vontade de ajudar, todos têm aquela vontade de poder fazer alguma coisa. E com isso quem vai ganhar são as nossas crianças, os nossos filhos, quem vai ganhar é o nosso Estado. E se Deus quiser esse perfil. Esse projeto do Governo do Estado pode ser até lento como falou o nosso amigo que já foi sindicalista - mas tem que haver preocupação de todos, a gente não deve esperar só pelo Governo do Estado, não deve esperar só pela Assembléia Legislativa. Eu acho que todo o Estado do Ceará, toda a população do Estado do Ceará tem que se preocupar com isso. Eu falo do Estado do Ceará porque essa é uma preocupação nossa em termos de economia. Mas isso aí é uma questão brasileira, todos devem estar com essa preocupação. Mais uma vez meus agradecimentos, obrigado pela presença de vocês, foi de suma importância. Agora, gostaria que cada um de vocês que trabalham nesses órgãos pudessem passar inclusive, o nosso amigo Braga, já me deu aqui um livreto, tem o folheto do Dr. Ambrósio - alguma coisa para a nossa Comissão de Indústria e Comércio, a Comissão de Saúde, de Meio Ambiente, e de Agricultura, para que nós possamos cada vez mais ficar cientes

e possamos também fazer alguma coisa. São vocês os técnicos, são vocês que estão trabalhando com isso e a gente pode ajudar de alguma forma. A Assembléia quer ajudar nesse sentido e, eu tenho certeza, que os representantes dos órgãos mais a Assembléia Legislativa vão poder dar uma contribuição muito grande aos nossos descendentes. Muito obrigado mais uma vez, boa-tarde para todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): A Deputada Fabíola quer falar.

SRA. DEPUTADA FABÍOLA ALENCAR (PPB): Eu queria pedir desculpas pelo atraso, porque realmente é um assunto que me fascina, até porque eu vejo que é agora neste momento que o Brasil está despertando para essa necessidade de manter o homem no campo, de valorizar as questões da agricultura. Enfim, de olhar com bons olhos para o setor agrícola. E eu digo isso porque a gente sente - principalmente quando a gente mora no interior, eu sou do Crato, da região do Cariri - que isso deveria ser prioridade, há anos. E agora é que isso está sendo visto de outra forma. Eu nasci e cresci dentro do meio agrícola, o meu pai era agricultor e a dificuldade era essa de hoje. Quer dizer, o agricultor tem a capacidade, dentro daquela sua limitação de plantar, mas não tem o incentivo, não tem um crédito fácil - toda aquela panacéia de dificuldade, que, na realidade, não traz a efetivação da agricultura. Hoje, neste momento onde a gente vê que a preocupação existe, e que depois de ter visto que todos os outros meios foram exauridos e que na realidade é o setor primário que vai manter e dar o sustento a esse homem do campo, aí sim eu vejo que essa questão pode avançar até muito mais rápido do que há algum tempo. E eu acho que esta reunião nossa é de importância, porque não adianta, como falou o Prof. Holanda, dar um impulso na agricultura, incentivar, estimular por uma linha

errada. A Assembléia, realmente, é responsável e precisa participar efetivamente dessa questão, até porque as decisões passam por aqui, e eu acho que a Comissão, na pessoa do nosso Presidente, tem esse critério, tem esse cuidado de somar com vocês essas discussões, já que vocês são os conhecedores técnicos do assunto. Eu acho que isso não pode parar por aqui. No Crato está havendo hoje e amanhã um seminário sobre desertificação, onde há uma preocupação da Universidade Regional do Cariri, do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) da APA (Área de Preservação Ambiental do Cariri) com a FUNDETEC e a própria EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), estão lá discutindo essa questão. Essa questão é realmente prioridade, é um problema seriíssimo e a gente não pode deixar que as coisas aconteçam até porque a gente sabe que é possível o uso de agrotóxico, desde que seja usado com critério. Essa preocupação acho que é maior, porque a venda é fácil, o comércio é livre. Qualquer agricultor, com pouco conhecimento que tem, ele usa e acha que está usando correto. Então, essa para mim é a maior preocupação. A gente sabe, por exemplo, o cigarro, com essas propagandas bonitas que existiam era um incentivo, hoje um fumante tem vergonha até de acender um cigarro e era o inverso há algum tempo. Eu acredito que, partindo desse trabalho, onde existe uma preocupação de toda a sociedade, da Assembléia, dos órgãos e do próprio governo, essa questão pode dar pelo menos um basta, e aí começar a estudar principalmente a capacitação desses agricultores, no sentido de saberem usar os agrotóxicos e procurar os meios viáveis de não usá-los. Eu fico satisfeita, parablenizo a todos que eu ouvi falando e deixo aqui, a título de sugestão, que a gente pudesse fazer isso muito amplamente, mostrando a todas as Comissões e a todos os Deputados a importância desse uso ou desse não-uso dos agrotóxicos. É necessário que a gente mobilize toda sociedade para a conscientização desse uso e que realmente daqui há pouco

a gente possa ter os agrotóxicos como os cigarros hoje, que podem botar propaganda, mas está todo mundo deixando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TOMAZ BRANDÃO (PSDB): Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião agradecendo a todos a cooperação, e vamos continuar lutando. Muito obrigado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2001 – 2002

Dep. Wellington Landim

Presidente

Dep. Vasques Landim

1º Vice - Presidente

Dep. José Sarto

2º Vice - Presidente

Dep. Marcos Cals

1º Secretário

Dep. Giovanni Sampaio

2º Secretário

Dep. Eudoro Santana

3º Secretário

Dep. Domingos Filho

4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Alberto Teixeira

Montagem e Impressão: Gráfica do INESP
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 277-2915
Fax: (0xx85) 277-2914



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp
e-mail: inesp@al.ce.gov.br



Dep. Paulo Afonso
Presidente

Dep. Sineval Roque
Vice Presidente

Membros

Dep. Acilon Gonçalves
Dep. Fernando Hugo
Dep. Carlos Cruz

Colaboraram nesta edição:
Fernando Magalhães (assessor)
Maria Aparecida Alves (assessora)

Por uma Cultura de Paz
e Não-Violência



Assine o Manifesto 2000

MANIFESTO 2000

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, ***EU ME COMPROMETO*** - em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.